

**AGENDA 21 ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL
PROF^a. ROSELI PIOTTO ROENSH**

Fernando Conceição Gonçalves¹

Resumo

A formação de consciência ambientalista envolve a procura e aquisição de conhecimentos dos aspectos locais da ecologia, da cultura, e da sociedade por meio da Educação Ambiental. Desta forma, a Agenda 21 Escolar é um recurso didático para a escola e a sociedade, servindo para reabilitar o ensino e a melhoria na qualidade de vida no ambiente escolar e social. É um documento, ou melhor, um plano de ação que apresenta as problemáticas a serem debatidas pelas assembléias e, até mesmo, as possíveis soluções para os problemas. Para o desenvolvimento do projeto, foram realizadas atividades de forma direta, as assembléias com as próprias pessoas envolvidas, e de forma indireta, os abaixo assinados encaminhados à Câmara Municipal ou à Assembléia Legislativa Estadual cobrando providências para a escola e a localidade em questão.

Palavras-chave: Agenda 21 Escolar, Educação Ambiental, Ensino de Geografia.

¹ Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fernando_pgoncalves@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo, tem por finalidade a melhoria na qualidade de vida no ambiente escolar, assim como seu entorno e vizinhança, na tentativa de evolução na qualidade do ensino e do aprendizado para garantir a integridade das novas gerações.

Este artigo busca colocar as melhores formas de disseminar os conhecimentos da Educação Ambiental, através da implantação da Agenda 21 Escolar na Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roensh, zona norte do município de Londrina no Estado do Paraná, respeitando suas peculiaridades e compreender este processo no cotidiano do aluno assim como da comunidade escolar.

Durante todo o ano letivo, os alunos esperavam ansiosamente pela feira de ciências que se realizada no segundo semestre de cada ano. E após os sorteios de quais os professores ficariam responsáveis por quais turmas, foi definido a responsabilidade do autor ao segundo ano do ensino médio.

Definidas as datas, os trabalhos deve-se inicio, primeiramente definiu-se o tema da feira de ciências, “qualidade de vida”, e o tema definido pelo segundo ano foi, Implantação da Agenda 21 Escolar na escola.

Diversos documentos e programas governamentais, foram analisados, inclusive internacionais e projetos da sociedade civil, como a Agenda 21 Escolar, os PCN’s, PRONEA, a Conferência de Tbilisi, Tratado de Kyoto no qual o Brasil se comprometeu em cumprir as metas estabelecidas. Além de suas próprias Leis que rege nosso país como: a Lei N°9795/99; sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei N°6938/81; sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, além da própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi utilizado para a confecção do trabalho para a feira de ciências. Aliado com a necessidade das implantações das Agendas 21 Escolar na escola para a melhoria da qualidade de vida escolar e o ensino da própria Educação Ambiental.

Pois assim, a população como um todo, entenderá os processos e dinâmicas do meio Ambiente Natural, minimizando os impactos sócio-ambientais, aliado ao desenvolvimento econômico, porém de uma forma sustentável, onde o Meio Natural não se acabe e nós postergaremos um pouco mais a existência da raça humana neste planeta. Onde este objetivo se torna impossível sem a devida atenção sobre o tema Educação Ambiental, e este tema só vai ser percebido de forma efetivo após a

implantação da Agenda 21 Escolar de forma amplamente difundida, mas sempre respeitando as peculiaridades de cada escola. Compreendendo os efeitos socioambientais e culturais propostos pela Agenda 21 Escolar assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Caracterizando o perfil da Escola analisada propondo a melhor forma da implantação da Agenda 21 Escolar, respeitando suas peculiaridades e entendendo-as.

Justificativa

A importância desta pesquisa no âmbito da ciência geográfica é norteada pela necessidade de se entender a Educação Ambiental aliada à implantação da Agenda 21 Escolar na Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roensh, escola pública do município de Londrina e suas implicações na organização social e espacial da população do entorno, devendo gerar com os resultados finais um diagnóstico das áreas em que as atividades apresentam-se, como função econômica e social.

Além das questões que indicam o grau de percepção ambiental dos estudantes, é importante avaliar a qualidade da experiência vivenciada, a satisfação pessoal, e a situação emocional, bem como associá-las ao perfil, preferências e motivações dos visitantes em relação às áreas naturais. Com base nisso, juntamente com a avaliação do grau de percepção ambiental dos alunos, é fundamental conhecer também a percepção dos moradores locais sobre a importância social e econômica da existência dos espaços naturais de moradia e a influência na sua vida cotidiana.

A implementação da Agenda 21 Escolar na escola contribui ativamente para o aprendizado e a constituição de cidadãos ativos, e de toda a sociedade ganha com isso, os jovens estudantes e a escola devem ser pioneiros neste pensamento, pois não é simples implantar um projeto como a Agenda 21 Escolar, é necessário uma visão de futuro e um espírito inovador, além do desempenho pessoal de todos os membros da comunidade escolar, afinal a agenda 21 Escolar nunca se termina, é um projeto permanente, o que torna o projeto ainda mais difícil se perpetuar.

Capítulo 1 - região de estudo

A escola em questão localiza-se na Rua Basílio Zanni n° 27 no bairro residencial do café, na zona norte do município de Londrina, é uma área de transição urbano-rural, pois a partir da rua abaixo da entrada da escola tem início sítios, que plantam sobre tudo soja e milho, portanto é uma região de fronteira agrícola na periferia de Londrina. Esta região conta com diversos problemas de ordem social, econômica, política e principalmente ambiental. O bairro não conta com saneamento básico e os serviços públicos, além de não atenderem a toda população é de péssima qualidade, adicionados aos problemas de urbanização desenfreada desencadeou estes e diversos outros problemas.



O objeto deste projeto foi o de aplicar a Agenda 21 Escolar na Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roensh, com isso buscava-se a melhoria da qualidade de vida no ambiente escolar, seu entorno e vizinhança. Assim, este trabalho investiga e analisa os resultados obtidos com a implantação da Agenda 21 Escolar através dos conteúdos desenvolvidos sobre Educação Ambiental, trabalhados durante todo o ano letivo de 2009, junto aos alunos do segundo ano do Ensino Médio desta escola. Esta escola no ano investigado era composta por 749 alunos, 38 professores, três pedagogos, seis técnico-administrativos e seis funcionários de serviços gerais.



Este projeto teve início a partir da necessidade da melhoria da qualidade de vida escolar, através da feira de ciências da escola, onde o tema era “qualidade de vida”, foi proposto ao segundo ano do Ensino Médio, a necessidade desta melhoria na qualidade de vida escolar assim como de seu entorno, pois o ambiente escolar estaria deteriorado, diminuindo o rendimento escolar dos alunos desta escola. Dois meses antes da feira de ciências, realizada em 21/11/2009, os trabalhos começaram, primeiramente foi levantada informações em forma de pesquisa pelos alunos, sobre o que é e como funcionaria a implantação da Agenda 21 Escolar. O segundo ano do ensino médio foi escolhido por sorteio e se tratava da pior sala em termos de comportamentos e notas, era taxado de uma classe problema, por isso foi extremamente satisfatório a realização deste trabalho.

Através do levantamento histórico do surgimento da Agenda 21 e da Agenda 21 Escolar, pelos alunos pelas diversas reuniões realizadas, duas vezes por semana durante 50 minutos, durante um mês e meio, totalizando oito horas e 40 minutos do dia 08/10/2009 até duas semanas antes da feira de ciências, estas duas semanas finais foram usadas para preparar as apresentações para a população externa da escola para implantação da Agenda 21 Escolar na Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roensh. Após os levantamentos históricos sobre a Agenda 21 e a Agenda 21 Escolar, obtidos pelos alunos em forma de pesquisa, foi realizado debates sobre a ação dos alunos na escola e na sociedade, usando a aula de campo com instrumento de ensino, pois o estudo foi feito *in loco*, em toda escola, assim como em seu entorno e vizinhanças,

através de entrevistas diretas feitas aos moradores pelos alunos, revendo o verdadeiro papel da escola na sociedade exaltando o espírito coletivo.

Na atividade sobre o levantamento histórico, os alunos tiveram que elaborar um questionário para as entrevistas à população do bairro, cada aluno teve que entrevistar no mínimo quatro moradores da região de forma que cada grupo confecciona-se as perguntas conforme o grupo achasse melhor. Feita as entrevistas os alunos confeccionaram um trabalho realizando o segundo e terceiro passo da elaboração da Agenda 21 Escolar, que são; buscar a participação do público nas reuniões e fóruns, para a detecção de problemas e apresentação de possíveis soluções; Identificar os problemas através de diagnósticos. Dentre os problemas que poderão surgir alguns serão de execução dos participantes da comunidade escolar outros deverão ser encaminhados aos órgãos competentes.

Elaboração da Agenda 21 Escolar;

- 1º passo: Criação de um espaço. Participação de convidados que não fazem parte da comunidade escolar.
- 2º passo: Buscar a participação do público nas reuniões do fórum, para o auxílio na detecção de problemas e apresentações de possíveis soluções.
- 3º passo: Identificar os problemas através de diagnósticos. Dentre os problemas que poderão surgir alguns serão de execução dos participantes da comunidade e outros deverão ser encaminhados aos órgãos competentes.
- 4º passo: Elaboração de planos de ação. Visando possíveis soluções dos problemas detectados, discriminando passo a passo as atividades previstas.
- 5º passo: A implantação do plano de ação.

Através das aulas de campo foi resultado o seguinte na escola naquele ano de estudo;

A análise teve início a partir na entrada da escola na Rua Basílio Zanni nº 27, foi observada a área de fora e já foi constatado de início que a única rampa de acesso da deficiente estava bloqueada por um carro de professor indevidamente estacionado no local. A escola encontra-se em três níveis diferentes, pois esta se encontra em um terreno em declive, contudo existe rampa de acesso a deficiente nos três níveis, porém estas, sem encontram sem cobertura, estando expostas ao tempo, fazendo chuva ou sol, além da inclinação e o trajeto é longo para os deficientes. Apenas do segundo para o terceiro nível possui um elevador, contudo estava quebrado e nem os alunos e nem a

administração soube informar a quanto tempo, mas já fazia pelo menos um ano que se encontrava quebrado.

A área de lazer que se encontra no primeiro nível, isto é, a área onde os alunos se reúnem na entrada, no intervalo, antes de saída ou para qualquer atividade, possui apenas 240 metros quadrados, com nove mesas e 39 bancos expostos ao relento em forma de cimento armado e apenas duas árvores novas e de pequeno porte ainda, para uma população de 749 alunos, entretanto na área de refeitório nos deparamos com uma área coberta de 102 metros quadrados com apenas nove mesas, 18 bancos e quatro bebedores, sendo insuficiente para o uso de todos além da área ser muito pequena. No banheiro masculino do refeitório há quatro privadas e três pias, sendo que duas encontravam-se quebradas. No feminino foram contadas cinco pias, sendo que três estavam quebradas e seis privadas. Na cozinha os alimentos armazenados e as panelas ficam expostos precisando urgentemente de armários para resguardar a seguranças dos alunos e funcionários.

O segundo nível da escola esta as salas de aula e outra pequena área de lazer de apenas 200 metros quadrados, sem nenhum instrumento, tanto de lazer quanto pedagógico, sem cobertura e com o solo exposto, acumulando barro ao chover. Todas as paredes da escola encontram-se mal pintadas e totalmente pichadas, tanto da parte interna como externa.

Na área de pavilhão, onde ficam todas as salas de aula da escola, existem três bebedouros e os três estavam quebrados, obrigando os alunos a irem ao nível inferior para beber água. No banheiro masculino há duas privadas; três pias, uma quebrada; e dois miquitórios, um quebrado. No feminino há duas pias e quatro privadas, mas uma encontrava-se entupida. Os banheiros não possuem espelhos, os dois estão com infiltrações grandes nas paredes, nunca tem sabão e raramente esta com papel higiênico, obrigando os alunos, principalmente as mulheres a trazer papel higiênico de casa.

O serviço de jardinagem raramente é feito, no ano de 2009, foi realizado apenas uma vez, falta estacionamentos adequados aos professores, pois os carros ficam estacionados em um canto do terreno com o solo exposto, tornando-se barro ao chover, intemperizando e erodindo ainda mais rápido o terreno da escola. Muitos professores se deslocam para a escola de moto, contudo não existe um estacionamento para as mesmas, e por o bairro ter alto índice de violência urbana obriga os professores a guardar suas motos pelos corredores da escola. A sala dos professores e da secretária,

estavam sem cortinas, o Fax estava quebrado, e o único ventilador que tinha já não funcionava à meses e foi retirado do local, até o momento da conclusão do projeto. Houve um grande apelo por parte dos administradores e dos alunos a necessidade de uma grade para o atendimento do Xerox, pois em alguns momentos este local torna-se uma verdadeira bagunça.

Em toda dependência da escola existe apenas um telefone público para todos os alunos da escola, acumulando uma enorme fila nos horários que ele é mais necessário, sendo um possível causador de demoras e atrasos, afinal estamos falando de um bairro carente em todas as estruturas, portanto quase nenhum aluno possuía telefone celular. Ao lado deste único telefone público encontra-se o único bebedouro no primeiro nível da escola, o mais próximo encontra-se apenas nos níveis superiores e sempre em locais fechados, nos dias de reuniões de país e professores ou em dia de entrega de leite, por exemplo, formam-se filas na espera de um gole de água.

Na biblioteca localizada no primeiro nível da escola, ao lado do prédio administrativo, está em uma situação alarmante, pois esta possui uma área muito pequena, as poucas prateleiras existentes, estão entupidas até o teto com livros, não existe uma forma de organizar em tão pouco espaço. Necessitando urgente de novas prateleiras. Existe apenas um ventilador, precisando de pelo menos mais um. Afinal Londrina é uma cidade com elevados índices de temperatura, complicando a situação no verão. Com apenas cinco mesas com quatro cadeiras cada, torna-se insuficiente, pois as aulas de apoio, promovida pelo próprio governo se realiza neste espaço, onde se encontra também a recepção dos alunos, possui um ambiente bastante barulhento. Uma boa parte das luzes da biblioteca encontrava-se queimadas desde o começo do projeto até sua conclusão, ou seja, em dois meses, ninguém trocou estas lâmpadas.

Ao termino de todas as atividades propostas teve-se inicio a feira de ciências da escola, realizado no dia 21/11/2009, centenas de pessoas compareceram a feira, e foram realizadas diversas interferências, tanto social quanto cultural para a sensibilização da sociedade para a implantação da agenda 21 Escolar. Tais como apresentações orais, os cinco passos para implantação da Agenda 21 Escolar, exposição dos problemas e possíveis soluções. Alguns alunos compareçam fantasiados por conta própria para chamar ainda mais a atenção da necessidade da implantação o mais rápido possível. Ao final de das exposições o ouvinte era convidado a assinar o livro ata contendo um abaixo assinado, foi um sucesso, obtendo 3096 assinaturas, mostrando que a

comunidade realmente quer e precisa desta implantação da Agenda 21 Escolar na escola Professora Roseli Piotto Roensh, para ai sim melhorar a qualidade de vida no ambiente escolar, seu entorno e vizinhança, garantindo assim um futuro mais justo e sustentável.

Capítulo 3 - Fundamentação teórica

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. (A CARTA DA TERRA, 1992)

O Artigo 225 da Constituição Federal diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presente e futura gerações. E para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público (§1º): No capítulo VI – Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de Ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Segundo Dias (1994) foi promovido em 1977 pelo UNESCO em Tbilisi – Geórgia à Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental gerando a Declaração sobre a Educação Ambiental, documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental e elegia o treinamento de pessoal, o desenvolvimento de materiais educativos, a pesquisa de novos métodos, o processamento de dados e a disseminação

de informações como o mais urgente dentro das estratégias de desenvolvimento (...). Contudo o Brasil, imerso em intermináveis e improdutivas discussões acadêmicas sobre a natureza da Educação Ambiental, molduradas por crises político-institucionais e socialmente infundáveis, viu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Moscou em 1987 sem ter muito, o que apresentar.

SÁNCHEZ e PEDRINI (2007) descrevem em sua obra, que cinco acordos oficiais internacionais foram resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) à ECO-92, no Rio de Janeiro em junho de 1992: A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, a Declaração das Florestas, o Quadro sobre Mudanças climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade, atual Protocolo de Kyoto.

A Agenda 21, tenta unir a ecologia ao progresso em um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, a capacidade de sustentação do crescimento econômico, sem a exaustão dos recursos naturais.

[Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e aos preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê nos âmbitos de Educação Ambiental formal e não-formal. (MEDINA, 1997)

Contudo, em 1996 os novos Parâmetros Curriculares do MEC que incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo (MEDIDA, 1997). Enfim em 1997, se aprovou a nova LDB que coloca a Educação Ambiental no currículo básico escolar como disciplina pedagógica complementar aos 20% adicionais de carga horária adicionados por lei para o ensino básico. (SÁNCHEZ e PEDRINI, 2007 p.30).

Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) em seu Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

Capítulo X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981)

O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – definiu a Educação Ambiental como um processo de formação e informação, orientado para o

desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. (FREIRE, 1994)

A Política Nacional de Meio Ambiente, Lei n.º 6.983/81, situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. Estabelece, ainda, que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos à comunidade. (MEDINA, 1997)

No Decreto nº88.351/83, que regulamenta a Lei nº6.983/81, estabelece-se que compete ao Poder Público, nas suas diferentes esferas de governo, “orientar a educação, em todos os níveis, para a participação efetiva do cidadão e da comunidade na defesa do Meio Ambiente, cuidando para que os currículos escolares das diversas matérias obrigatórias complementem o estudo da ecologia”. (MEDINA, 1997)

Na década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desenvolvem diversas ações para consolidar a Educação Ambiental no Brasil. No MEC, são aprovados os novos “Parâmetros Curriculares” que incluem a Educação Ambiental como tema transversal em todas as disciplinas.

O Conselho Federal de Educação apontava para necessidade de enfatizar o caráter interdisciplinar da temática ambiental, não sendo muito favorável à criação da Educação Ambiental como disciplina específica. Em 1997 com os PCN’s consolidou-se a Educação Ambiental, não como disciplina específica, mas sim adquirindo uma formulação de tema transversal e interdisciplinar. (SAITO, 2002).

O Artigo 10, da Lei 9.795/99 determina que a Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Reforçando-a em seu primeiro Parágrafo deste mesmo Artigo: “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.” (BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental 1999)

SAITO, contudo combate a visão unilateral e unidisciplinar do ambiente, assim; a Lei nº 9.795/99, no Artigo 5º, inciso I, “o desenvolvimento de uma compreensão

integrada do Meio Ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos, ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”.

Reforçado ainda pelo Artigo 4, incisos V e VI: A obrigatoriedade do ensino, do ponto de vista ideal, deve ser interpretada como um direito de todos à escolarização em todos os níveis, sem qualquer terminalidade, quer no ensino fundamental ou, mesmo, no ensino médio técnico. A educação permanente traz, portanto, um componente crítico muito forte, de questionamento do atual sistema educacional em sua estrutura e também de questionamentos do atual sistema social, altamente excludente. (SAITO, 2002)

Contudo a Agenda 21 Global, um dos resultados da ECO-92 no Rio de Janeiro, se tornou “necessária” a criação da Agenda 21 Regional e subseqüentemente a Agenda 21 Escolar, que visa o desenvolvimento harmonioso, além da melhoria da qualidade de vida escolar, assim como de seu entorno e vizinhança. No capítulo 36 da Agenda 21 está descrita (BRASIL, PRONEA, 2003) a promoção da educação, da consciência política e do treinamento e apresenta um plano de ação para o desenvolvimento sustentável a ser adotado pelos países participantes do acordo.

A elaboração da Agenda 21 Escolar é dividida em cinco passos: Primeiro; Criação de um fórum, espaço de discussão, através de ofício emitido pela escola, e assinado pela direção para início dos trabalhos de planejamento e implementação da Agenda 21 do estabelecimento de ensino. Segundo; Buscar a participação do público nas reuniões do fórum, para o auxílio na detecção de problemas e apresentação de possíveis soluções. Terceiro; Identificar os problemas através de diagnósticos. Dentre os problemas que poderão surgir, alguns serão de execução dos participantes da comunidade escolar e outros deverão ser encaminhados aos órgãos públicos competentes. Quarto; Elaboração de planos de ação, visando possíveis soluções dos problemas detectados, discriminando passo a passo as atividades previstas. Quinto e último passo; A implementação do plano de ação.

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância, na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matérias de ambiente e

desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. (...) O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública. (Agenda 21 Global, cáp.36. p.239 aput. PARANÁ, Construindo a Agenda 21 Escolar, 2006)

Estamos entulhando a mente de nossos alunos, que não conseguem transformar toda essa informação em conhecimentos capazes de resolver os grandes problemas da sociedade. O grande desafio lançado aos educadores é vencer a inércia do sistema e transformar a escola em um espaço capaz de formar indivíduos para viver nessa nova era. (DUVOISIN, 2002)

Nas escolas, graças aos professores, a temática ambiental, de alguma forma, já foi incorporada. Porém, os livros didáticos continuam torturando professores e alunos com a enfadonha e ineficiente abordagem das ciências biológicas referentes à ecologia. Há ainda uma grande carência de recursos institucionais para Educação Ambiental no Brasil, assim como oportunidades para treinamento e formação. (DIAS, 1994)

Alem dos alunos dos cursos de formação de professores, ao se formarem e ingressarem no mercado de trabalho, nem sempre têm dado conta das necessidades tanto dos seus alunos quanto das exigências e emergências sociais. (DUVOISIN, 2002).

Capítulo 4 - Procedimentos metodológicos

Pesquisa Exploratória como Método

- Vias de acessos para a implantação da Agenda 21 Escolar de forma funcional e generalizada, visando à melhoria na qualidade de vida do ambiente escolar de forma igualitária para todas as classes sociais, facilitando e melhorando a qualidade de vida, subseqüentemente o meio natural. Contudo respeitando as peculiaridades e singularidades da escola, respeitando suas formas.
- Trabalho de gabinete (elaboração de artigos científicos e da dissertação).
- Entrevista in loco a população, com questionamentos diretos dos problemas e das possíveis soluções aos problemas apresentados ao entorno da escola.
- Apresentação a sociedade externa sobre a implantação da Agenda 21 Escolar durante a feira de ciências.
- Abaixo assinado da sociedade ao redor para realizar esta implantação.

Referências

BRASIL. **Carta da terra**; Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento de Desenvolvimento Humano - Rio de Janeiro: 1992

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental** 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9795.htm> Acesso em: 28/01/2010.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente** 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.htm> Acesso em: 13/02/2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 01/03/2010.

BRASIL, **Cidade para todos: “construindo uma política democrática e integrada para as cidades”**. Texto elaborado a partir da “Orientação Estratégica de Governo” – PPA 2004-2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, **Programa nacional de Educação Ambiental** 2003.

DAGNINO, S. D.; JUNIOR, S. C. **Risco ambiental: conceitos e aplicações**. Revista: Climatologia e Estudos da Paisagem. Rio Claro – vol.2 – n.2 – julho/dezembro/2007, p.50-87.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1994 p.20-55.

DUVOISIN, I. A. **A Necessidade de uma Visão Sistêmica para a Educação**

Ambiental: Conflitos entre o velho e o novo paradigma (livro:) Educação Ambiental, Abordagens múltiplas (acho: Aloísio RUSCHEINSKY & cols) descobrir

FERREIRA, M. M.; BEYRUTH, Z. **Agenda 21 Litoral Norte SP - Integrar e Mobilizar PMI** - Prefeitura Municipal de Ilhabela 2002-2003

FERREIRA, J. S. W. **Gestão democrática e participativa:** um caminho para cidades socialmente justas? São Paulo. Revista: Democrática Viva, do Ibase. N. 18, set./out. 2003.

MATAREZI, J. **Despertando os sentidos da educação ambiental.** Educar em Revista, n°. 27 Curitiba Jan./Jun 2006.

MEDINA, N. M. **Breve histórico da Educação Ambiental.** PADUA, S. M.; TABALEZ, M. F.(orgs.) – Brasília, 1997 p. 257-270.

PARANÁ, **Construindo a Agenda 21 Escolar**, versão preliminar. Curitiba. SEED, 2006

RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental:** em defesa da sociedade e do meio ambiente. RUSCHEINSKY, A. & col. (org.) Educação Ambiental; Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÁNCHEZ, C.; PEDRINI, A. G. P. **Educação Ambiental e seus estrangeiros.** Ver. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V.18, jan.-jun. 2007. Rio Grande do Sul (e) trabalho baseado em resumo apresentado no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, abril de 2006, Joinville, SC.

SANCHEZ, L. E; **Avaliação de impacto ambiental – conceitos e métodos**. Oficina do texto, São Paulo, 2008.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo. Contexto, 1988.